

Seminário sobre Inovação na Sociedade do Conhecimento e da Informação

Gestão do conhecimento como estratégia de fortalecimento das Democracias

Um bom dia aos senhores e senhoras presentes ao Seminário, na minha apresentação, pretendo fazer uma discussão da correlação entre conhecimento e democracia, para que, a partir dessa discussão, possamos ter um entendimento sobre a crise vivida pela democracia, o de sua legitimidade e, de como a difusão da informação e a geração do conhecimento pelas instituições públicas, a fortalecem e, conseqüentemente, a legitima.

É, certamente, uma discussão sobre o problema do conhecimento relacionado à política, construído por um discurso que articula uma série de perguntas, como: O que significa "conhecer"? Como o homem "conhece"? Que coisa é "conhecido"? Qual a função do "conhecimento" e da nossa reflexão com o mundo "conhecido"? O que esse conhecimento oferece?

Em virtude do tempo, não adentrarei na filosofia do conhecimento, irei diretamente sobre a questão de como se legitimam as democracias? E, conseqüentemente, qual o ato humano que o leva a aceitar uma decisão? Como resposta, ambas tem como

fundamento o conhecimento sobre um determinado assunto, fato, ou problema e, como conseqüente, quais medidas deverão ser necessárias para solucionar determinado problema que envolve a todos, desde que a solução seja aceite por uma maioria. Foram essas situações que levaram a humanidade, em seu processo de organização política, a construir estruturas para o governo de todos, ou seja, uma organização social que ao longo do tempo assumiu várias formas de regimes políticos, como os monárquicos - o poder de um, aristocráticos - o poder de poucos, ou democráticos- o poder de muitos.

Mas o que significa democracia, o poder de muitos? Não seria um paradoxo em si, ou seja, o lugar onde todos mandam ninguém manda? No ano de 2008, ano que vem, o mundo poderá comemorar os 2500 anos da instauração das instituições democráticas em Atenas pelo legislador Clístenes, em 508 a.C., considerado o verdadeiro pai da democracia, que não é muito conhecido, pelo fato de não ter tido um historiador da envergadura de um Heródoto ou um Tucídides.

Clístenes, com o propósito de assegurar os direitos políticos dos cidadãos atenienses, restringindo ao mesmo tempo os possíveis abusos por parte dos que estavam no poder, colocou sob a competência dos órgãos representativos do povo a totalidade dos poderes políticos e a maior parte dos

judiciários e que alicerçaram a idéia de democracia na *polis* grega - um espaço público integral, em cujo interior se desenvolvia, de forma igualitária e consciente, a submissão à lei e a simultânea participação na sua elaboração e também num Estado capaz de agir eficazmente.

No Estado moderno, fruto de uma sociedade complexa, e complexa também nos seus problemas, cada vez mais há o alargamento físico da sociedade política, que impõe a invenção ou reinvenção das formas práticas de exercício participativo e, conseqüentemente, uma maior difusão de informação e geração de conhecimento, para que a participação seja concreta. Mas como saber se uma determinada informação, proveniente das estruturas do Estado é verdadeira ou falsa, ou se as informações disponibilizadas são parte de um processo de construção e administração de subjetividades, direcionado a tornar as sociedades, dóceis à instrumentalização pela estrutura de comando, neutralizando-as politicamente?

Esse é o ponto central da nossa discussão. O da gestão do conhecimento nas instituições de governo, de prover a sociedade de informações que transcrevam, fielmente, a realidade, a essência, pois o pressuposto para a democracia é o conhecimento que a sociedade deva ser portadora acerca dos problemas que

ela vivencia para que possa deliberar legitimamente sobre as suas soluções e, portanto, dar legitimidade à ação do Estado.

Todo esse processo de transmissão da informação se for deturpada ou se constituir em somente uma aparência da realidade, ou em outras palavras como o simbólico, estará deturpando a base em que a sociedade constituiu a sua compreensão e, portanto, ao deliberar e autorizar uma ação de governo, o estará fazendo em bases falsas, com base em um simbolismo e, toda e qualquer ação do Estado, estará deslegitimada, ferindo o pressuposto da democracia.

Concluindo, ao responder ao questionamento da relação entre conhecimento e democracia, cito a constatação das ditaduras que se opõem ao progresso do conhecimento em geral e ao das ciências humanas em particular. Não há investigação, avanço nos vários domínios do conhecimento sem a discussão, a troca de idéias, a imaginação sem entraves, elaboração livre de modelos etc. o que supõe necessariamente liberdade de pensamento, de trabalho e de opinião - tudo o que as ditaduras reprimem por principio.